



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

ESTADO DE MINAS GERAIS



## **PARECER DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, POLÍTICA URBANA E RURAL AO PROJETO DE LEI Nº 035-E-2023**

### **RELATÓRIO**

O projeto de Lei nº 035-E-2023 que “**ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS E INCLUI DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.084, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE “DISPÕE SOBRE POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**”, de autoria do Poder Executivo Municipal, vem a esta Comissão para emissão de parecer, em consonância com o art. 89, inciso II, do Regimento Interno.

### **RELATÓRIO**

Nas fls. 46/49 e fls.54/64, foram exarados pareceres da Procuradoria do Legislativo e concluindo que a proposta se afigura revestida das condições de legalidade e constitucionalidade.

Nas fls. 66/72, foi exarado o parecer da comissão de legislação e justiça concluindo pela legalidade do projeto, propondo emendas de técnica legislativa.

Na fl. 73, comunicado de nº 109/2023, para que esta comissão emita o seu parecer.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de Lei em análise, segundo sua justificativa, tem a finalidade de adequar a norma municipal à nova resolução de nº 231/2022, expedida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Compete a esta Comissão, no presente caso, nos termos do art. 89, inciso II, alíneas "f", a análise da matéria tendo como parâmetro o direito administrativo e municipal em geral.

No que compete a essa comissão, considerando que as alterações visam atender o disciplinado em resolução federal, tendente a tornar uniforme o serviço desempenhado pelo Conselho Tutelar em todo o território nacional e que a referida proposição não traz elementos que inovam sem motivação, para além do imposto na Resolução nº 231/2022, esta comissão entende que não existe impedimento para dar andamento ao projeto de lei, sendo que deve ser aprovado.

## **CONCLUSÃO**

Esta Comissão é favorável à aprovação do Projeto de Lei em apreço nos termos apresentados e que o mesmo seja discutido e votado pela Câmara em Plenário.

SALA DAS SESSÕES, 04 DE MAIO DE 2023

VEREADORA DAMIRES RINARLLY OLIVEIRA PINTO

VEREADOR ANDRE LUIS DE MENEZES

VEREADOR ANGELINO CLÁUDIO PIMENTA NETO





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete


ESTADO DE MINAS GERAIS

## Comunicado nº 137/2023

*Comunicamos aos membros da Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Patrimônio Histórico e Turismo, Vereadores Oswaldo Alves Barbosa, Washington Fernando Bandeira e Sandro José dos Santos, que o Projeto abaixo relacionado já se encontra à disposição da Comissão para parecer, e que o prazo regimental para o mesmo é de 6 (seis) dias, conforme dispõe a alínea "a" do § 8º do art. 106 do Regimento Interno.*

*Comunicamos também que o Projeto relacionado já foi previamente analisado pela Procuradoria do Legislativo, pela Comissão de Legislação e Justiça e pela Comissão de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural.*

<b>Nº</b>	<b>Assunto</b>	<b>Autor</b>
Projeto de Lei 035-E-2023	Altera a redação de dispositivos e inclui dispositivos à Lei nº 5.084, de 27 de fevereiro de 2009, que "Dispõe sobre política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente" e dá outras providências.	Executivo

  
Gilcinéia da Conceição Teles  
Procuradora do Legislativo  
OAB/MG 81.681